



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº**

10320.720096/2007-41

**Recurso nº**

**Resolução nº** 2202-000.412 – 2<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Data**

22 de janeiro de 2013

**Assunto**

Solicitação de Diligência

**Recorrente**

AGRO PECUÁRIA E INDUSTRIAL SERRA GRANDE LTDA

**Recorrida**

FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por AGRO PECUÁRIA E INDUSTRIAL SERRA GRANDE LTDA

RESOLVEM os Membros da 2<sup>a</sup>. Turma Ordinária da 2<sup>a</sup> Câmara da 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento do CARF, por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento em diligência, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

(Assinado digitalmente)

Nelson Mallmann – Presidente

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez – Relator

Composição do colegiado: Participaram do julgamento os Conselheiros Maria Lúcia Moniz de Aragão Calomino Astorga, Rafael Pandolfo, Antonio Lopo Martinez, Guilherme Barranco de Souza, Pedro Anan Junior e Nelson Mallmann. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Odmir Fernandes.

## RELATÓRIO

Em desfavor do contribuinte, AGRO PECUÁRIA E INDUSTRIAL SERRA GRANDE LTDA, foi lavrado o Auto de Infração de fls. 01/06, no qual é cobrado o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR, exercício 2005, relativo ao imóvel denominado "Fazenda Canastrá", localizado no município de Mirador - MA, com área total de 14.107,0 ha, cadastrado na SRF sob o nº 4.119.806-9, no valor de R\$ 112.846,00 (cento e doze mil oitocentos e quarenta e seis reais), acrescido de multa de lançamento de ofício e de juros de mora, calculados até 3111012007, perfazendo um crédito tributário total de R\$ 229.111,23 (duzentos e vinte e nove mil cento e onze reais e vinte e três centavos).

A contribuinte foi intimada a apresentar documentação que comprovasse a área de preservação permanente e, também, que esta área atendia aos requisitos legais para ser considerada área não tributável pelo ITR. Foi também intimada a comprovar o valor declarado como Valor da Terra Nua - VTN, fls. 12113, tendo tomado ciência do Termo de Intimação Fiscal — TIF em 0710712007 conforme AR de fl. 14.

Em resposta ao Termo de Intimação Fiscal a intimada enviou correspondência acompanhada de documentos, datada de 30 de julho de 2007, com protocolo na DRF/MA, fl. 22.

Em documento protocolado na DRF/SLS/MA, datado 2311112007, a Impugnante requer "a expedição de uma Certidão desse Órgão que contenha a data da juntada do requerimento protocolado pela contribuinte, em 3010712007, nos autos dos processos epigrafados, em resposta à intimação fiscal nº 03201/0038/2007", fl. 57. Neste mesmo documento consta carimbo da DRF/SLS/MA, assinado pelo Supervisor de Fiscalização, datado de 26/11/2007. encaminhando "ao AFRFB Eduardo, Malha ITR, para providências".

No despacho de fls. 61/62 o autuante esclarece que apenas em 13/11/2007 foi a ele repassado a documentação apresentada pela contribuinte em atendimento ao Termo de Intimação Fiscal.

Tendo a Notificação de Lançamento sido lavrada em 29/10/2007, fl. 01, com ciência pela contribuinte em 13/11/2007, fl. 07, não analisou os documentos apresentados pela contribuinte.

No procedimento de análise e verificação das informações declaradas na DITR/2005 e dos documentos coletados no curso da ação fiscal, conforme Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido ITR, fl. 05, a fiscalização apurou as seguintes infrações:

- a) exclusão, indevida, da tributação de 14.707,0 ha de área de preservação permanente;
- b) sub avaliação do Valor da Terra Nua - VTN.

A exclusão indevida, conforme Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal, fls. 02104, tem origem na ausência de comprovação de Ato Declaratório Ambiental - ADA

protocolado no Ibama dentro do prazo legal e a alteração do Valor da Terra Nua – VTN decorreu da falta de comprovação do valor declarado.

O Auto de Infração foi postado nos correios, tendo a contribuinte tomado ciência em 13/11/2007, conforme fl. 07.

Não concordando com a exigência, a contribuinte apresentou impugnação de fls. 63/94, em 11/12/2007, alegando em síntese:

*I- que as informações prestadas pela contribuinte não foram sequer analisadas pelos Auditores Fiscais da RFB tornando o crédito tributário inexigível, em violação aos princípios da legalidade, do contraditório e da ampla defesa;*

*II - que o imóvel, em sua totalidade, encontra-se encravado no Parque Estadual do Mirador, no Estado do Maranhão, criado pelo Decreto nº 7.641, de 04/06/1980;*

*III - que as áreas englobadas pela dimensão do Parque são consideradas unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, criado pela Lei Federal nº 9.98512000;*

*IV- que os SNUC são compostos de Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, conforme consta do art. 7º da Lei Federal nº 9.98512000;*

*V - que o imóvel em questão possui Laudo de Avaliação bem como possui o Ato Declaratório Ambiental - ADA;*

*VI - que por se tratar de área encravada em Parque Estadual, portanto, Unidade de Proteção Integral por determinação da Lei Federal 9.98512000, a sua comprovação é feita tão somente pela apresentação do ato do Poder Público, o Decreto nº 7.641180;*

*VII - que o valor da terra nua tributável é obtido mediante a multiplicação do valor da terra nua pelo quociente entre a área tributável e a área total do imóvel.*

*No caso em espécie o imóvel não possui área tributável já que a totalidade da área encontra-se inserida no Parque Estadual de Mirador. Não havendo área tributável, o valor da terra nua tributável é igual a 0 (zero);*

*VIII - que o Decreto 7.641180, no art. 7º, vedo o uso direto das áreas englobadas pelo Parque Estadual do Mirador, do que se conclui que a impugnante não detém a posse do imóvel e também não poderá dele dispor não sendo, portanto, responsável tributário pelo recolhimento do ITR;*

*IX - Transcreve ementas de decisões administrativas.*

A DRJ ao apreciar as razões da interessada, julgou a impugnação procedente em parte nos termos da ementa a seguir:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR*

*Exercício: 2005*

*ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. COMPROVAÇÃO.*

*A exclusão de áreas declaradas como de preservação permanente da área tributável do imóvel rural, para efeito de apuração do ITR, está condicionada ao protocolo do Ato Declaratório Ambiental - ADA, no prazo de seis meses, contado da data da entrega da DITR.*

*VALOR DA TERRA NUA. COMPROVAÇÃO.*

*O Valor da Terra Nua - VTN é o preço de mercado da terra nua apurado em 1º de janeiro do ano a que se referir a DITR.*

*Lançamento Procedente em Parte*

No entendimento da autoridade recorrida, tendo o autuante intimado o contribuinte para apresentação de Laudo de Avaliação do Imóvel conforme estabelecido na NBR 14.653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT alertando que a falta de apresentação do laudo de avaliação ensejará o arbitramento do valor da terra nua, com base nas informações do Sistema de Preços de Terra — SIPT da RFB, e tendo a Impugnante apresentado o Laudo de Avaliação de fls. 29/45, julgou a autoridade recorrida que deva ser considerado o VTN constante do Laudo de Avaliação, fl. 43.

Nesse contexto o valor da terra nua lançado no auto de infração, no valor de R\$ 564.280,00, foi reduzido para R\$ 56.500,00. Urge registrar, que o valor reconhecido para autoridade recorrida é menor que aquele declarado pelo próprio recorrente, que era de R\$ 70.000,00.

Insatisfeito o interessado interpõe recurso voluntário onde reitera alguns pontos descritos na impugnação. Indicando com razões para reforma do acórdão recorrido:

- Da necessidade de reexame da decisão proferida pela 1. Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Recife – PE;

- Da tempestividade do Ato Declaratório Ambiental - ADA apresentado a Receita Federal do Brasil;

- Da nulidade do ato de lançamento (O imóvel rural "Canastra" encontra-se totalmente inserido no Parque Estadual de Mirador);

- Da nulidade do ato de lançamento (Da existência do Ato Declaratório Ambiental - ADA e do Laudo Técnico de Avaliação suficientes à comprovação da área de preservação ambiental , em conformidade com o Código Florestal e com a Lei nº 9.393/96);

- Da nulidade do ato de lançamento (O valor da terra nua avurado vela Receita Federal do Brasil é irrelevante quando a área tributável é igual a 0 (zero)).

- Da impossibilidade de exploração econômica no imóvel “Canastra”.

**É o relatório.**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 09/03/2013 por ANTONIO LOPO MARTINEZ, Assinado digitalmente em 24/03/201

3 por NELSON MALLMANN, Assinado digitalmente em 09/03/2013 por ANTONIO LOPO MARTINEZ

Impresso em 02/05/2013 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

**VOTO**

Conselheiro Antonio Lopo Martinez, Relator

O recurso voluntário reúne os pressupostos de admissibilidade previstos na legislação que rege o processo administrativo fiscal e deve, portanto, ser conhecido por esta Turma de Julgamento.

A discussão principal de mérito diz respeito às áreas de preservação permanente, tendo em vista que o valor da terra nua já foi reduzido a valor inferior aquele declarado pelo recorrente.

Não tenho dúvidas de que a obrigatoriedade da apresentação do ADA para fins de exclusão das áreas de preservação permanente e de utilização limitada (reserva legal) da base de cálculo do ITR, surgiu no ordenamento jurídico pátrio com o art. 1º da Lei nº 10.165, de 2000 que incluiu o art. 17, § 1º na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para os exercícios a partir de 2001, *verbis*:

*Art. 17 - Os proprietários rurais que se beneficiarem com redução do valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, com base em Ato Declaratório Ambiental - ADA, deverão recolher ao Ibama a importância prevista no item 3.11 do Anexo VII da Lei nº 9.960, de 29 de janeiro de 2000, a título de Taxa de Vistoria." (NR)*

(...)

*§ 1º A utilização do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é obrigatória.*

Tal dispositivo teve vigência a partir do exercício de 2001, anteriormente a este, a imposição da apresentação do ADA para tal fim era definido por ato infra-legal, que contrariava o disposto no § 1º do inciso II do art. 97, do Código Tributário Nacional.

**No caso concreto nota-se a existência do ADA de fls.134, entretanto da análise do documento não é possível identificar quando o mesmo foi protocolado.**

Diante dos fatos, conforme entendimento majoritário desta Turma, para que não reste qualquer dúvida no julgamento, se vota no sentido do processo ser convertido em diligência para que a repartição de origem intime o recorrente no prazo de vinte dias a comprovar quando protocolou o ADA, que está consignado nas fls. 134.

É o meu voto.

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez